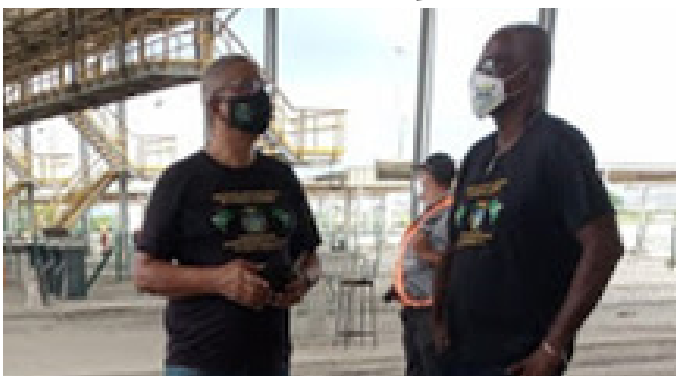


## NITEROI/RJ

# Trabalhadores da empresa Esquadra no Comperj estão sem salários e plano de saúde



Cerca de 240 vigilantes da empresa Esquadra Vigilância e Segurança que prestam serviços no polo da GasLub (antigo Comperj), em Itaboraí, reclamam a falta de pagamento de salários, terço de férias e parcelamento do tíquete alimentação.

Diante da denúncia, diretores do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e região, que representa a categoria, tiveram no local para averiguar a situação. Os dirigentes constataram ainda que a empresa não repassa aos trabalhadores o valor integral do vale transporte e que também não está pagando os planos de saúde e odontológico.

“Vários vigilantes estão passando constrangimento no momento que procuram o hospital e têm o atendimento recusado por falta de pagamento da empresa”, revela Cláudio Vigilante, presidente do Sindicato, que se reuniu com dois inspetores da empresa na sexta-feira (08/01).

O Sindicato afirmou que entrará com denúncia contra a empresa no Ministério

Público do Trabalho (MPT) em Niterói exigindo a regularização dos salários e plano de saúde dos trabalhadores. A direção da entidade, não descarta denunciar a Petrobras por omissão na fiscalização do cumprimento do contrato pela empresa, já que a estatal é obrigada a fazê-lo.

“Tivemos o conhecimento de que a Petrobras está multando a empresa por falhas na prestação do serviço. Mas, parece que não está surtindo efeito. Pelo contrário, com a retirada de recursos da Esquadra, a empresa atrasa ainda mais os salários e não melhora as condições de trabalho”, questiona Cláudio que afirmou que até os carros utilizados para ronda dentro do complexo estão em péssimas condições.

As denúncias não param por aí. De acordo com os funcionários, a Esquadra estaria descontando dos salários os valores relacionados à empréstimos consignados efetuados pelo trabalhadores e não repassando o pagamento aos bancos, negativando os cadastros dos vigilantes.

Ainda de acordo com o apurado, a empresa teria perdido o contrato de prestação de serviços à Petrobras e o último mês de trabalho seria março de 2021. “Se isso for verdade, estamos averiguando, os trabalhadores correm um grande risco de tomarem um cano em seus salários e nos pagamentos dos direitos”, questiona Cláudio Vigilante.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Niterói

# UM 2021 SEM FOME, SEM MISÉRIA E COM EMPREGO E SAÚDE!

## PAGAMENTO DE PROCESSOS/EX-ASCOP/SESAB: INICIANDO A SEMANA COM MAIS 311 MIL PARA MAIS 12 COLEGAS.

### MAIS DE 1.700.000 PARA 66 VIGILANTES EM UMA SEMANA

Logo no início desta segunda semana útil de janeiro do ano novo mais 12 cheques ficaram prontos nesta segunda-feira (11/01) para colegas ex-Ascop/Sesab. A soma dos repasses para este grupo já totaliza 66 Vigilantes e R\$ 1.722.000 para o bolso dos colegas em uma semana.

Fechamos a semana com mais 603 mil reais para 18 colegas ex-Ascop/Sesab. Na semana chegamos a mais de 1 milhão e 400 mil reais para 54 colegas deste grupo (ex-Ascop/Sesab).

Neste grupo de 12 há colegas de Salvador, Barreiras, Brumado e Ilheus e os repasses começam amanhã, terça-feira (12/01).

**MAIS ATENÇÃO** - Os créditos liberados são daqueles colegas que fizeram acordo, que foram acatados e homologados pela justiça nos processos do Sindicato contra a Ascop e Governo do Estado. Este tipo de Acordo somente é possível em processos na fase de execução/cobrança (precatório) contra o governo do estado da Bahia, contratante da quebrona Ascop. Nas ações o Sindicato pediu e a justiça condenou o Estado da Bahia como corresponsável e, em consequência assumiu o pagamento aos vigilantes.

**No Sindicato, pedimos que colegas que observem:**

- O atendimento para a entrega dos cheques - das 08 às 11h;
- Levar original e cópia do RG, CPF, nº PIS, prova de residência e CTPS (pagina da foto, verso e pagina do contrato Ascop);
- Indispensável:
  - Uso de mascara
  - caneta própria
  - outros cuidados contra o Covid-19.

Já os colegas do interior devem entrar em contato, informar e-mail para envio de recibo, devolvendo com documentos e numero de conta para deposito.

### A ASCOP QUEBRONA E DO JALECO BRANCO

- Ascop foi uma das quebronas do esquema "jaleco branco".

O SINDICATO FEZ SEU PAPEL COM COMBATIVIDADE E LUTA - o Sindicato fez seu papel representando a categoria nos processos, acionando a empresa, o governo e trazendo a conquista para cada colega.

O ACORDO - o acordo na fase de precatório é decisão pensada e amadurecida individualmente por cada colega, que foram informados pelo Sindicato sobre o estagio dos processos e as alternativas. São trabalhadores que amargam uma espera que já chega a 12 anos e na fila do precatório podem esperar, pelos menos, mais outros 10 anos.

No final de 2020 o Sindicato identificou que, pelo menos, 95 colegas tiveram acordo homologado pela justiça, com créditos, no total, ultrapassando a casa dos 3 milhões.

Veja a lista dos Vigilantes com cheques prontos para amanhã, terça-feira (12/01) no site da entidade.

Conquista é para quem tem fé na luta e nunca abre mão do seu Sindicato e da luta.

Parabéns a todos pela conquista.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

# BB lança dois programas de desligamento para cortar 5 mil funcionários

**O Banco do Brasil informou que os programas têm regulamentos específicos para as regras para adesão. Também haverá fechamento de agências. O banco também vai desativar 361 unidades do país**



O Banco do Brasil divulgou, nesta segunda-feira (11/1), dois programas de desligamento para cortar pelo menos 5 mil funcionários. Os programas são: Programa de Adequação de Quadros (PAQ), e Programa de Desligamento Extraordinário (PDE).

O objetivo, de acordo com o banco, é “otimizar a distribuição da força de trabalho, equacionando as situações de vagas e excessos nas unidades do banco”.

A estimativa do BB é de que cerca de 5 mil funcionários venham a aderir aos dois programas de desligamento. O número final de adesões, assim como o respectivo impacto financeiro, serão informados ao mercado após

o encerramento dos períodos de adesão, em 5 de fevereiro.

O BB informa que as iniciativas têm regulamentos específicos que estabelecem as regras para adesão.

O banco também vai desativar 361 unidades do país, sendo 112 agências, sete escritórios e 242 postos de atendimento. Além disso, 243 agências serão transformadas em postos de atendimentos.

A economia líquida anual estimada com despesas administrativas gerada por esses movimentos é de R\$ 353 milhões, em 2021, e R\$ 2,7 bilhões, até 2025.

**FONTE: NATHÁLIA CARDIM – Metrôpoles**

# Justiça do Trabalho capacita servidores para produção de provas por meios digitais

**Com soluções tecnológicas cada vez mais integradas à vida humana, esses dados têm oferecido maior precisão para a retratação dos fatos**



Imagem ilustrativa de pessoa manuseando documentos digitais

Com o objetivo de se manter atualizada em relação aos avanços tecnológicos constantes e característicos da era digital, a Justiça do Trabalho está implementando estratégias para fomentar a produção de provas por meios digitais. A iniciativa, que está sendo feita de maneira institucionalizada e busca atingir todo o país, visa fazer uso de informações tecnológicas para auxiliar os magistrados na instrução processual, especialmente na produção de provas para aspectos controvertidos, e acelerar a tramitação dos processos, tendo em vista que a coleta presencial de depoimentos de testemunhas foi prejudicada na pandemia.

Registros em sistemas de dados das empresas, ferramentas de geoprocessamento, dados publicados em redes sociais e até biometria são algumas das informações digitais armazenadas em bancos de dados diversos que podem comprovar, em processos trabalhistas, a efetiva realização de horas extras ou confirmar que um trabalhador mentiu sobre

um afastamento médico, por exemplo.

## Primazia da realidade

Com a tecnologia cada vez mais imersa na vida humana, esses dados têm oferecido maior precisão para a retratação dos fatos, trazendo mais recursos para que a Justiça do Trabalho cumpra o princípio da primazia da realidade. “Vivemos uma transformação tecnológica nunca vista, cuja velocidade das atualizações tem impacto nas nossas vidas, incluindo as relações de trabalho”, ressalta a presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministra Maria Cristina Peduzzi. “A revolução 4.0 chegou, e a Justiça do Trabalho precisa estar atenta a esse momento”.

## Capacitação

O CSJT e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) vêm promovendo a capacitação de juízes e de servidores no sentido da utilização das provas digitais. Mecanismos de geolocalização, por exemplo, podem trazer informações precisas e mesmo irrefutáveis, se comparadas com as provas testemunhais. Os registros tecnológicos verificados em aparelhos de celular permitiram esclarecer se um empregado que reclama o pagamento de horas extras estava realmente no trabalho após o expediente. O que é publicado nas redes sociais também tem sido utilizado para verificar quem fala a verdade no processo.

Em novembro de 2020, a Enamat promoveu diversas ações nesse sentido. De 11 a 13/11, o Seminário “Direito Digital, Lei Geral de Proteção de Dados e Inteligência Artificial” abordou,

entre outros pontos, a nova fronteira probatória na sociedade digital. De 19 e 20/11, magistrados participaram do Curso de Formação Continuada (CFC) sobre “Produção de provas por meios digitais”.

Para os servidores, em especial os que atuam como assistente de juiz, o CSJT realizou, de 23 a 27/11, o curso “Produção de Provas Digitais na Justiça do Trabalho”, ministrado pelo delegado de polícia do Estado de São Paulo Guilherme Caselli, especialista em Direito Digital. O Conselho também promoveu o webinar sobre

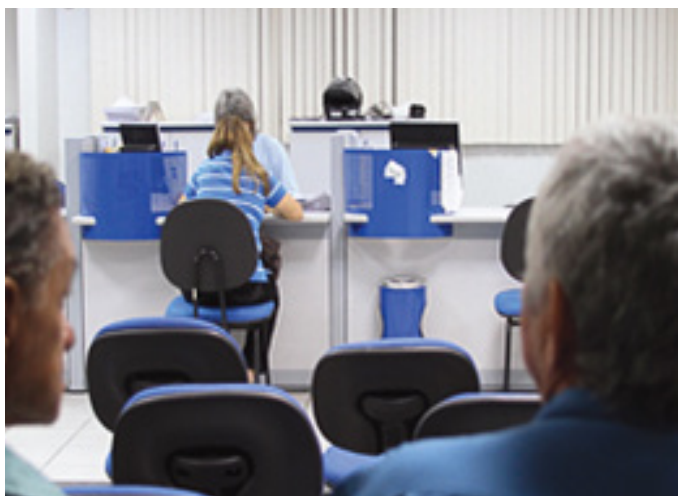
o mesmo tema, conduzido por dois dos maiores especialistas no assunto: o promotor de justiça Fabrício Rabelo Patury, do Ministério Público do Estado da Bahia, e o delegado Guilherme Caselli.

Mais de mil pessoas, entre juízes e servidores, foram treinados nesses projetos-piloto. Em 2021, a intenção é aumentar o número de agentes públicos capacitados para lidar com esse novo conceito para a solução dos processos trabalhistas.

Fonte: TST

## Regional do INSS lança serviço de atendimento presencial exclusivo dentro da OAB

**A Superintendência Regional Sul do INSS lançou um projeto-piloto em Florianópolis (SC) com atendimento presencial exclusivo na sede da OAB. A iniciativa é fruto de um acordo assinado entre o INSS e OAB no âmbito nacional e é mais uma opção de atendimento à advocacia previdenciária em Santa Catarina.**



Divulgação

Regional do INSS lança serviço de atendimento presencial dentro da OAB

Desde o último dia 22 de dezembro, as demandas dos advogados catarinenses perante o INSS vêm sendo recebidas e tratadas por e-mail, telefone e Whatsapp, em complemento aos serviços disponíveis pelo “Meu INSS” e pelo Acordo de Cooperação Técnica do INSS Digital. Até o fim deste mês, a novidade será adotada também em outras duas seccionais da OAB, chegando a Curitiba e Porto Alegre.

Para ser atendido, o advogado precisa

agendar data e horário pela Central de Atendimento da OAB-SC, pelo número (48) 3239-3500 ou pelo chat online disponível no site da Seccional. O atendimento é feito de segunda a sexta-feira, das 9 às 15 horas, por um servidor da Agência da Previdência Social São José, que irá prestar orientações gerais a respeito da matéria previdenciária.

Em visita prévia ao espaço montado pela OAB-SC, o gerente-executivo em Florianópolis, Felipe Bordin da Silveira, classificou a iniciativa como um marco no relacionamento entre o INSS e a Ordem. “O objetivo principal é proporcionar um melhor atendimento aos advogados, fortalecendo ainda mais o acesso pelos nossos segurados aos serviços previdenciários. O grande beneficiado é o cidadão brasileiro, nossa razão de existir”, afirmou. Com informações da assessoria de imprensa do INSS.

Revista Consultor Jurídico



# Mais impostos e menos direitos trabalhistas: a saída de Guedes para a crise

**Governo deve apresentar propostas da Carteira Verde Amarela e novo imposto, em fevereiro. Para Guedes, contratação com menos direitos e mais impostos são soluções para fim do auxílio e aumento da crise**



REPRODUÇÃO

A crise econômica do país deve se agravar com o fim do auxílio emergencial para milhões de pessoas que perderam seus rendimentos por causa da pandemia do novo coronavírus (Covid 19), e do Benefício Emergencial para Preservação do Emprego e da Renda (BEm), concedido no ano passado como complemento de renda para os trabalhadores formais que tiveram o salário reduzido ou o contrato suspenso. A previsão de economistas progressistas e conservadores é que haverá aumento do desemprego e da miséria no país.

Em nove meses foram pagos R\$ 292,9 bilhões, a 67,9 milhões de pessoas (quatro em cada 10 brasileiros em idade de trabalhar), o que injetou na economia dos estados R\$ 32,4 bilhões por mês.

Mas, como não tem nenhuma proposta de auxílio social para enfrentar a crise aprofundada pela pandemia, o ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, insiste na implementação da Carteira Verde Amarela que permite aos patrões contratar trabalhadores com menos direitos.

Outra ideia que deve ser apresentada novamente é a criação de um imposto sobre operações financeiras, nos moldes da antiga Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). O governo, segundo informação publicada no jornal O Estado de São Paulo, quer apresentar essas propostas por Medida Provisória (MP) logo após a eleição para as presidências da Câmara Federal e do Senado, marcadas para o dia 1º de fevereiro.

Segundo informações dadas ao jornal por uma fonte da equipe econômica envolvida na elaboração da proposta, a nova Carteira Verde Amarela será uma combinação do BEm com a desoneração dos encargos. Pelo sistema os trabalhadores, rendimentos mensais entre R\$ 200,00 e um salário mínimo (R\$ 1.100,00), receberiam pagamentos suplementares do governo, em vez do pagamento de impostos, num modelo de imposto de renda negativo.

Com a crise, sem auxílio e sem o BEm, a equipe econômica diz que essa modalidade de contratação sem encargos trabalhistas e impostos atenderia milhões de trabalhadores informais que foram mais atingidos pela pandemia.

A técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Adriana Marcolino, explica que esses informais estão divididos em duas categorias: os que têm emprego sem carteira assinada e os que trabalham por conta própria. O primeiro grupo é formado por 15,2 milhões de trabalhadores, de acordo com dados da PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no trimestre terminado em outubro de 2020.

Já os que trabalham por conta própria são 22,5 milhões, sendo que 17,1 milhões não tem CNPJ, ou seja, sequer tem cobertura previdenciária, de acordo com os dados da PNADC/IBGE, do trimestre formado pelos meses de agosto, setembro e outubro de 2020. Há ainda outros 2 milhões de trabalhadores que atuam como auxiliares em negócios familiares e que também se encontram na informalidade, em sua quase totalidade.

“Esses trabalhadores sem a proteção trabalhista e, na maior parte, sem a proteção previdenciária também somam 39,7 milhões, em um universo de ocupados de 84,3 milhões, ou seja, representam 47,8%. Se excluirmos os por conta própria com CNPJ, os chamados PJs, que possuem pelo menos cobertura da previdência, temos um total 40,8%”, diz Adriana.

Para ela, a Carteira Verde e Amarela, apesar do governo não ter informado mais detalhadamente a proposta, não resolve nenhum caso de informalidade, seja a do trabalhador sem carteira assinada, seja a informal típico, o vendedor de bala nos trens e da mulher que faz bolos para vender na rua. Se a economia não melhorar como um todo, não haverá contratação. Ninguém contrata mais trabalhador apenas por que vai pagar menos imposto. O empresário contrata apenas se houver demanda.

“O trabalhador do grupo da informalidade típica está nesta situação porque a economia não reage, não cresce, e como não cresce, não cria oportunidade de qualidade para incorporar essa mão de obra no mercado de trabalho. Então as pessoas acabam buscando saídas alternativas na informalidade para geração de renda. Os trabalhadores informais precisam que a economia seja mais forte para que seus pequenos negócios tenham uma demanda maior. Com renda, as pessoas consomem mais, gerando um ciclo de oportunidade de emprego”, explica.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

**“Para quem já trabalha e não tem carteira assinada, não faz diferença ter a Carteira Verde e Amarela, que não garante direitos. É apenas a formalização do trabalho que não resolve os problemas de proteção social e trabalhista. É só para inchar as estatísticas do governo de geração de emprego”, salienta Adriana.**

### **Bolsonaro autorizou volta da CPMF**

Embora o presidente tenha ameaçado, em outras ocasiões, demitir quem apresentasse a proposta da criação de um imposto, nos bastidores do Palácio do Planalto corre a informação de que Jair Bolsonaro teria sinalizado aos “caciques” do Congresso que aceita uma alíquota de 0,10% para o novo tributo nos moldes da CPMF.

Para Adriana, o imposto embora alguns digam que é democrático por que atingiria a todos, de pobres a ricos, na verdade penaliza quem tem menos.

“Para ser mais justo deveria ter uma faixa de isenção, ser mais progressivo, atingindo quem tem uma grande movimentação financeira. Incidir sobre recursos que não estão na economia formalizada, mas que circulam no sistema financeiro”, defende.

### **Mudanças no Bolsa Família**

Sem conseguir aprovar um novo programa social que seria chamado de Renda Cidadã ou Renda Brasil, que retiraria diversos benefícios sociais, em troca de acabar com o protagonismo do Bolsa Família, criado por Lula, o governo Bolsonaro, ainda segundo o jornal O Estado de São Paulo, quer unificar benefícios, reajustar valores e criar novas bolsas por mérito escolar, esportivo e científico.

Ainda assim o valor médio do benefício seria reajustado em apenas R\$ 10,00. Hoje o Bolsa Família paga em média R\$ 190,00. O governo pretende passar para R\$ 200,00.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF